



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BRUNA CRISTINA DELMIRO DE LIMA

**ANÁLISE COMPARATIVA DA EFETIVIDADE DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA
NA CONTABILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DOS SISTEMAS INTEGRADOS NOS
SITES DE GESTÃO PÚBLICA**

**JOÃO PESSOA
2023**

BRUNA CRISTINA DELMIRO DE LIMA

**ANÁLISE COMPARATIVA DA EFETIVIDADE DOS PORTAIS DE
TRANSPARÊNCIA NA CONTABILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DOS SISTEMAS
INTEGRADOS NOS SITES DE GESTÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Coordenação do Curso de
Ciências Contábeis da Universidade
Federal da Paraíba como requisito
complementar para obtenção do título de
Graduação em Ciências Contábeis, sob
orientação do Professor e Mestre
Marcelo Pinheiro de Lucena.

João Pessoa
2023

Catálogo na publicação Seção de

L732a Lima, Bruna Cristina Delmiro de.

Análise comparativa da efetividade dos portais de transparência na contabilidade pública: um estudo dos sistemas integrados nos sites de gestão pública / BrunaCristina Delmiro de Lima. - João Pessoa, 2023.
48 f. : il.

Orientação: Marcelo Pinheiro de Lucena. Coorientação: Tiago Henrique de Souza Echternacht,
Vera Cruz.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. contabilidade pública. 2. transparência. 3. gestão pública. 4. informação.
5. sociedade. 6. sites.

I. Lucena, Marcelo Pinheiro de. II. Echternacht, TiagoHenrique de Souza. III.
Cruz, Vera Lúcia. IV. Título.

UFPB/CCSA

CDU 657

Catálogo e Classificação

Elaborado por KATIANE DA CUNHA SOUZA - CRB-15/353

BRUNA CRISTINA DELMIRO DE LIMA

**ANÁLISE COMPARATIVA DA EFETIVIDADE DOS PORTAIS DE
TRANSPARÊNCIA NA CONTABILIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DOS SISTEMAS
INTEGRADOS NOS SITES DE GESTÃO PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO PINHEIRO DE LUCENA**
Data: 10/11/2023 08:29:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____
Prof. Me. Marcelo Pinheiro de Lucena

Documento assinado digitalmente
 **TIAGO HENRIQUE DE SOUZA ECHTERNACHT**
Data: 12/11/2023 16:30:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____
Prof. Dr. Tiago Henrique de Souza Echternacht

Assinatura: _____
Prof^a. Dr. Vera Lúcia Cruz

João Pessoa, 30 de Outubro 2023.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, Bruna Cristina Delmiro de Lima, matrícula nº 20170106270, autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Análise Comparativa da Efetividade dos Portais de Transparência na Contabilidade Pública: Um Estudo dos Sistemas Integrados nos Sites de Gestão Pública, orientado(a) pelo(a) professor(a) Prof. Me. Marcelo Pinheiro de Lucena, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo de 2023.2 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel(a), declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcialmente ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmando que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei nº 9.610/98 - Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo o presente.

João Pessoa, 13 de novembro de 2023.

Assinatura do(a) discente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Sou grata por concluir esta etapa tão importante na minha vida acadêmica. E sou imensamente grata ao meu orientador Prof. Me. Marcelo Pinheiro de Lucena, pela sua orientação excepcional, sua paciência genuína, sua capacidade de eliminar todas as dúvidas possíveis que tive durante este projeto e principalmente por toda sua sabedoria ao longo desse processo. Suas orientações, opiniões e insights foram cruciais para alavancar e dar direcionamento a este trabalho.

Assim como, a ilustre Prof. Vera Lúcia Cruz e o ilustre Prof. Dr. Tiago Henrique de Souza Echternacht, que foram a melhor dupla de banca que eu poderia imaginar ter no meu projeto. Sou profundamente grata a ambos, por toda gentileza em aceitar participar da banca, por toda a orientação que também foi essencial para conduzir este trabalho, por todo o conhecimento e insights compartilhado comigo nesta fase, que não apenas apliquei neste trabalho, como estou aplicando na vida, tendo um olhar mais minucioso ao se tratar de contabilidade, dados e informações.

Por fim, dedico este trabalho a minha família, aos meus pais que mesmo não estando presente para compartilhar dessa imensa alegria em concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica, tenho certeza de que estão tão felizes e orgulhosos de mim aonde estiverem, ao Tomyris, Fred e Neto, que foi o pilar que me manteve forte nessa trajetória para conseguir chegar até o final de mais uma das minhas conquistas.

Este TCC não teria sido possível sem a ajuda, apoio e compreensão de todos vocês. Muito obrigada de coração por fazerem parte desta jornada e por tornarem possível a conclusão do nosso projeto acadêmico.

“A verdadeira viagem plena de descobertas
não consiste em ver novas paisagens, mas em
ter um olhar sempre renovado”

Proust

RESUMO

Este estudo tem como objetivo realizar uma análise comparativa da efetividade dos portais de transparência na esfera da contabilidade pública, com um foco específico nos sistemas integrados presentes nos sites de gestão pública. A pesquisa buscará avaliar a qualidade e abrangência da divulgação de informações contábeis por meio desses portais, comparando nos diferentes Estados Brasileiros e seu Distrito Federal. O objetivo é entender como a integração de sistemas influencia a transparência e a prestação de contas, identificando boas práticas e áreas de aprimoramento nos mecanismos de divulgação online utilizados pelos governantes dos Estados e Distrito Brasileiro. O estudo foi desenvolvido a partir de uma análise e levantamento de dados e informações dos sites de transparência e prestação de contas pública. Os resultados obtidos demonstram que a contabilidade pública é um elemento fundamental para a promoção da transparência e da prestação de contas, possibilitando a avaliação de efetividade e eficiência da gestão pública e a utilização de seus recursos. Além disso, foi identificado que a adoção de práticas contábeis adequadas, a capacitação de profissionais da área contábil e a implementação de sistemas de informações adequados e os compartilhamentos de dados e informações em sites de órgãos públicos são elementos fundamentais para o sucesso da contabilidade pública como instrumento de transparência e prestação de contas na gestão pública.

Palavras-chave: contabilidade pública, transparência, gestão pública, informação, prestação de contas, sociedade, tomada de decisão, sites, compartilhamento de informações.

ABSTRACT

This study aims to carry out a comparative analysis of the effectiveness of transparency portals in the sphere of public accounting, with a specific focus on integrated systems present on public management websites. The research will seek to evaluate the quality and scope of the dissemination of accounting information through these portals, comparing in different Brazilian States and its Federal District. The objective is to understand how systems integration influences transparency and accountability, identifying good practices and areas for improvement in the online dissemination mechanisms used by governments in the Brazilian States and District. The study was developed based on an analysis and collection of data and information from transparency and public accountability websites. The results obtained demonstrate that public accounting is a fundamental element for promoting transparency and accountability, enabling the evaluation of the effectiveness and efficiency of public management and the use of its resources. Furthermore, it was identified that the adoption of appropriate accounting practices, the training of accounting professionals and the implementation of appropriate information systems and the sharing of data and information on public bodies' websites are fundamental elements for the success of public accounting as instrument of transparency and accountability in public management.

Keywords: public accounting, transparency, public management, information, accountability, society, decision-making, websites, information sharing.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Endereços eletrônicos dos portais de transparência pública dos Estados Brasileiros

TABELA 2: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Norte

TABELA 3: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Nordeste

TABELA 4: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Centro-Oeste

TABELA 5: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Sudeste

TABELA 6: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Sul

TABELA 7: Quadro comparativo dos Estados e Distrito Brasileiros e melhor apresentaram resultados satisfatórios da aplicação das práticas presentes nos sites de transparência pública

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: IMAGEM DO SITE DO IBGE, CENSO DEMOGRAFICO 2022 ELENCADE DE FORMA DECRESCENTE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

IPSAS – International Public Sector Accounting Standards

IPSASB – International Public Sector Accounting Standards Board

LAI – Lei de Acesso à informação

CDU – Código de Defesa do Usuário do Serviço público

e-SIC – Sistema de Acesso à Informação

SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentaria, Financeira e Contábil

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 CONTABILIDADES PÚBLICA: CONCEITOS.....	16
2.2 CAMPO DE APLICAÇÃO E OBJETIVO.....	17
2.2.1 Normas contábeis estabelecidas à gestão pública.....	18
2.2.2 Leis e Normas Regulatórias sobre a transparência na Gestão Pública.....	21
2.3 SITE DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	23
2.4 BENEFÍCIOS DOS SITES DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	23
2.4.1 Boas práticas para a construção de um site de transparência pública eficiente.....	24
2.5 SISTEMA INTEGRADO: CONCEITO.....	25
2.5.1 Exemplos de Sistemas integrados para sites de transparência pública	26
2.5 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	28
2.5.1 Relação da contabilidade pública com o crescimento do meio digital nos sites de transparência e prestação de contas públicas	29
3. METODOLOGIA	31
3.1 CLASSIFICAÇÕES DA PESQUISA	31
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	32
3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	32
3.4 ANÁLISE DE DADOS	32
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	33
4.1 CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS DENTRO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS ESTADOS E DISTRITO BRASILEIRO	35
4.2 DETALHAMENTO DAS PRÁTICAS COMUNS DENTRO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS ESTADOS E DISTRITO BRASILEIROS.....	35
4.3 ANÁLISE DOS CUMPRIMENTOS DAS PRÁTICAS COMUNS DENTRO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS ESTADOS E DISTRITO BRASILEIROS POR REGIÕES	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Uma das características mais relevantes e importantes dos últimos tempos é o acesso a informação, o que antes era feito de forma totalmente lenta e burocrática, hoje com apenas alguns cliques é possível obter informações em qualquer lugar do mundo e sobre qualquer coisa que seja imaginável.

Com a crescente modernização e sistematização, tudo começou a evoluir de forma muito mais rápido do que era de costume. Essa crescente massa de evolução fez crescer não só o acesso a informação e a velocidade com que as coisas acontecem, mas radicalizou a forma com que as despesas públicas evoluíram em qualquer lugar do mundo, assim como ocorre com a disseminação da informação.

Os mais diversos campos da economia passaram a ser visto por qualquer pessoa e em qualquer lugar, isto propagou o crescimento das despesas públicas e atentou os cidadãos a tomar conhecimento do que é feito através dos recursos públicos, neste sentido começou a ocorrer a necessidade de transparecer o que antes feito de forma apenas interna aos órgãos públicos, atualmente através dos sites de transparência publica passou a ser divulgado a qualquer cidadão interessado a cumprir com seu direito de acompanhar em que está sendo aplicado os recursos públicos.

A contabilidade pública é um ramo da contabilidade que tem como objetivo o levantamento e o fornecimento de informações concisas sobre a gestão dos recursos públicos, demonstrando através de relatórios e demonstrativos a utilização dos recursos públicos para que a sociedade tenha acesso e possa realizar o acompanhamento destas informações, permitindo o controle e a fiscalização perante a sociedade.

Neste viés a contabilidade pública é de suma importância para a veracidade destas informações e para desempenhar o papel fundamental na divulgação da transparência e da prestação de contas na gestão pública, uma vez que fornece relevantes informações que servem de base para tomada de decisão. A contabilidade pública é regulamentada pela Lei nº 4.320/64 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que estabelecem os procedimentos contábeis a serem adotados pelos órgãos públicos.

Segundo Santos (2013, p. 42), "a contabilidade pública é fundamental para a transparência e a prestação de contas na gestão pública". Além de assumir o papel fundamental na coleta, organização e prestação de informações sobre os recursos públicos,

também assume um papel crucial no fortalecimento da democrática, ao permitir que a sociedade exerça seu direito de fiscalização e controle sobre a gestão dos recursos públicos.

O que antes era feito de forma interna com o avanço da tecnologia e a aplicabilidade da contabilidade pública e de bons profissionais, tornaram o acesso a informações algo mais democrático e de fácil acesso ao cidadão. As informações que antes eram vistas e entregues apenas internamente nos órgãos públicos, atualmente são compartilhadas e acessadas de qualquer lugar do mundo, tendo apenas um celular ou computador com acesso à internet. Este acesso facilitado permitiu ao cidadão o poder de acompanhar o que está sendo realizados com os recursos do seu país, estado ou cidade.

A Lei de acesso à informação nº 12.527, garante que o cidadão brasileiro possua acesso a todas as informações, isso consiste na transparência e prestação de contas dos recursos públicos, tornando cada vez mais democrático ao cidadão poder participar e acompanhar o que está sendo executado com os recursos de onde vive. E com o auxílio da contabilidade pública, estas informações são apresentadas nos sites dos órgãos públicos de uma forma que seja fácil a compreensão do cidadão para discernir quais as despesas e receitas provem os recursos dos órgãos públicos.

Nos últimos anos, a demanda por transparência e prestação de constas na gestão pública tem crescido significativamente, impulsionada por diversos fatores, como a ampliação dos meios de comunicação, a facilidade de acesso a qualquer site com o poder da internet, a disseminação das redes sociais, a adoção de normas internacionais de transparência e governança, e acima de tudo a maior conscientização da sociedade civil aos seus direitos como cidadão, sabendo que é necessário o acompanhamento ao que está sendo executados com seus recursos para que se fizer necessário cobrar as devidas responsabilidades aos órgãos competentes.

De acordo com Sanches (2019), a contabilidade pública é um elemento fundamental para a promoção da transparência e da prestação de contas na gestão pública, possibilitando a avaliação da efetividade e eficiência da administração pública. Além disso, a contabilidade pública é uma ferramenta importante para a tomada de decisão, permitindo a identificação de possíveis falhas e a implementação de medidas corretivas.

No entanto, apesar de sua importância, a contabilidade pública ainda enfrenta diversos desafios e obstáculos para o pleno exercício de suas funções. Muitas vezes a falta de integração entre os sistemas contábeis com os sistemas de informações dos sites de transparências e prestações de contas, acabam limitando ou atrasando a entrega de todas as informações necessárias e que devem ser prestadas aos cidadãos, assim como a defasagem

nestes sistemas e na obtenção de acesso às informações são alguns dos desafios enfrentados pela contabilidade pública para fazer com que haja o compartilhamento de informação coerentes e precisas nos sites de transparência pública.

Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da contabilidade pública no processo de transparência e prestação de contas na gestão pública. Para tanto, serão abordados conceitos fundamentais da contabilidade pública, a legislação aplicável à contabilidade pública e sua relação com as informações pertinentes à transparência e prestação de contas. O projeto foi desenvolvido na problemática de qual forma a utilização de sistemas integrados dentro dos portais de transparência pública é capaz de otimizar o acesso e o compartilhamentos dos dados e informações contábeis e financeiras?

1.1 OBJETIVOS

Como apresentado na nossa Problemática, nessa nova situação de sistemas integrados aplicados em toda a federação, faz necessário nesse momento traçar os objetivos propostos a serem atingidos nesse presente projeto. No entanto a Contabilidade Pública nos seus principais aspectos orçamentário, patrimonial e Destinação de Recursos, tem como uma ferramenta de maximização e otimização a Integração das informações para uma melhor Transparência e, para isso dividimos em objetivos de forma Geral e específicos, que pretendemos cumprir, conforme abaixo discriminados.

.

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar de qual forma a utilização dos sistemas integrados contribui para o acesso e compartilhamento de dados e informações contábeis e financeiras dentro dos portais de transparência pública, que para isso serão necessários desenvolver estudos representados nos objetivos específicos abaixo.

1.1.2 Objetivos Específicos

Dentro dos objetivos específicos para esta pesquisa podemos evidências:

- a) Investigar os principais desafios enfrentados na integração de sistemas de contabilidade pública nos sites de gestão pública.
- b) Avaliar os benefícios obtidos com a implementação de sistemas integrados, como maior agilidade na prestação de informações, redução de erros e maior confiabilidade das informações contábeis.

c) Analisar o impacto da integração de sistemas nos processos de transparência, eficiência e responsabilização na gestão pública.

1.2 JUSTIFICATIVA

A importância da contabilidade pública no processo de transparência e prestação de contas nos sites de gestão pública é indiscutível. No entanto, a implementação de sistemas integrados nesse contexto apresenta desafios e benefícios que precisam ser compreendidos. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os sistemas integrados presentes nos sites de transparência pública dos Estados e Distrito Federal Brasileiros, e as dificuldades enfrentadas na integração desses sistemas e os impactos positivos que essa integração pode gerar para a transparência e a prestação de contas.

Além disso, a pesquisa contribuirá para a visualização de onde pode ocorrer inclusões de sistemas integrados que podem auxiliar gestores públicos e profissionais da área contábil na facilitação do compartilhamento de informações contábeis e financeiras. A partir dos resultados obtidos, será possível identificar os benefícios dessa integração e fortalecer a relevância da contabilidade pública como instrumento de transparência e prestação de contas.

Por fim, a pesquisa pretende busca contribuir para a literatura existente, com o conhecimento acadêmico sobre os desafios e benefícios da implementação de sistemas integrados nos sites de gestão pública. Os resultados obtidos poderão servir de base para futuros estudos e enriquecer o debate e a conscientização sobre a importância da contabilidade pública e a melhoria dos processos de transparência e prestação de contas na gestão pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Procuramos nesse tópico, estabelecer a relação da base teórica no comprometimento da contabilidade pública dentro dos sistemas integrados e sites, todos normatizados em Leis, artigos, livros e acordos em plenários. Com o propósito de subsidiar não só o leitor da importância do assunto como também a todos aqueles envolvidos, como contadores ou gestores nas suas atividades ou trabalhos afins. Nesse referencial teórico, serão abordados conceitos relacionados à contabilidade pública, transparência e prestação de contas,

bem como a importância dos sistemas integrados nesse contexto. O embasamento teórico contribuirá para a compreensão dos fundamentos e benefícios dessa abordagem.

2.1 CONTABILIDADES PÚBLICA: CONCEITOS

A contabilidade pública desempenha um papel fundamental no contexto da transparência e prestação de contas na gestão pública. Com o avanço da tecnologia e a necessidade crescente de tornar as informações acessíveis ao público, a implementação de sistemas integrados nos sites de gestão pública tem se mostrado uma estratégia eficaz para fortalecer a importância da contabilidade pública nesse processo.

Regida pela Lei 4.320/1964, Lei das Finanças Públicas que determinam regras dos procedimentos contábeis que deve ser aplicado na elaboração das informações que serão prestadas, com foco principal nos balanços e seus resultados, que demonstra as receitas e despesas acometidas pelos órgãos e Unidades Orçamentárias, determinando onde foi arrecado e como foi gasto o dinheiro público.

A gestão pública é o principal foco de visão da contabilidade pública, tendo em vista sua capacidade de produzir e elaborar de forma fidedigna informações que serão apresentadas ao usuário, com a finalidade de transparecer as informações de gastos e arrecadações adquiridas em determinados períodos ou exercício financeiro pelos seus órgãos.

Por sua vez, é uma das ferramentas mais importantes para a promoção da transparência e da prestação de contas na gestão pública. Por meio dela é possível controlar a obediência e eficiência das ações governamentais, bem como identificar possíveis falhas e irregularidades na administração de recursos públicos.

Conforme Santos (2013, p. 81), "a contabilidade pública é uma ferramenta essencial para garantir a efetividade da gestão pública, permitindo o controle e a fiscalização dos recursos públicos. Além disso, é importante destacar que a transparência e a prestação de contas são princípios fundamentais da administração pública, e a contabilidade desempenha um papel central nesse processo".

É uma área de conhecimento que se dedica a análise, registro e controle das atividades financeiras. Nesse sentido, ela desempenha um papel fundamental na prestação de informações nos portais e sites de transparência e prestações de contas. E para que haja essa facilidade de acesso as informações pelos cidadãos, é necessário que a contabilidade pública esteja embasada em conceitos claros e em legislação específica, que regulem suas atividades e garantam a sua aprovação. Desta forma, com as devidas regulamentações estabelecidas é

possível a realização do levantamento e da elaboração de informações concisas e verídicas para que o usuário final esteja diante de fatos fidedignos.

"A contabilidade pública desempenha um papel fundamental na promoção da transparência e accountability na gestão dos recursos públicos. Por meio da divulgação de informações contábeis em sites de gestão pública, os cidadãos podem acessar dados financeiros, orçamentários e patrimoniais, permitindo uma análise mais aprofundada da aplicação desses recursos. A disponibilização dessas informações em formato acessível e compreensível fortalece o controle social, permitindo que a sociedade exerça seu papel de fiscalização e cobre dos gestores públicos a devida responsabilização pelo uso adequado dos recursos" (Silva, 2018, p. 45).

A contabilidade pública é uma área da contabilidade que se dedica à análise e ao registro dos fenômenos contábeis relacionados com as atividades financeiras do Estado. Segundo Machado (2017), ela tem como objetivo produzir informações que possibilitem o planejamento, a execução e o controle das atividades governadas, bem como a prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle.

2.2 CAMPO DE APLICAÇÃO E OBJETIVO

O campo de aplicação da contabilidade pública tem uma abrangência relativamente grande ao se tratar do setor público, dispondo de uma gama de atividades que se correlaciona tanto a parte de gestão financeira quanto a patrimonial. Em ambos os pontos, sua finalidade se dispõe da mesma forma, na busca de registrar, controlar e gerenciar os recursos arrecadados e utilizados pelos órgãos públicos de maneira eficaz, transparente e de acordo com a legislação vigente e aplicável.

O principal objetivo da contabilidade pública é fornecer informações relevantes sobre as finanças públicas, garantindo que seus gestores possam tomar decisões embasadas em dados concretos e verídicos, tornando assim cada vez mais a gestão mais eficiente quando se trata da utilização dos recursos públicos.

Um campo de aplicação de suma importância da Contabilidade pública é o registro e o controle dos rendimentos e desembolsos de todos os recursos públicos adquiridos, incluindo receitas provenientes de impostos, taxas, contribuições, e qualquer outra fonte de arrecadações governamentais, bem como o registro das despesas relacionadas aos serviços

públicos, investimentos, despesas com os funcionários públicos, materiais, e qualquer tipo de despesa que se correlacione ao setor público. Para que haja um acompanhamento adequado de todas essas informações é necessário que a contabilidade esteja apta e com bons profissionais para realizar um trabalho rigoroso no levantamento, apuração, e mensuração desses fluxos financeiros, para que possam garantir com fidedignidade a transparência e a legalidade com as prestações de contas à sociedade civil.

Dentro deste campo de aplicação, pode-se incluir a aplicação do controle dos ativos e passivos do setor público, como imóveis, equipamentos, terrenos, veículos e obrigações financeiras. E a elaboração de relatórios financeiros, capaz de fornecer informações sobre a situação financeira, com resultados e fluxos de caixa. Para que ocorra coerência nas informações prestadas, e, é de suma importância que a Contabilidade pública seja responsável por todo o controle das informações, mantendo inventários atualizados dos ativos e passivos, assim como demonstrativos de resultados de acordo com os princípios contábeis.

Assim sendo possível a abrangência na parte de controle interno, como em auditoria interna, análise de custos, planejamento financeiro e orçamentário. Essas áreas e toda a aplicação delas dentro da contabilidade pública, implementadas dentro dos órgãos públicos é imprescindível para uma gestão eficiente, e para a clareza e concisão das informações prestadas a sociedade.

O objetivo geral da Contabilidade pública é prestar todos os serviços abrangidos dentro das áreas citadas, para a concepção das informações dentro da gestão interna e externa, onde os cidadãos por sua vez são capazes de interpretar os dados dentro dos portais de transparência, conferindo e garantindo os devidos usos e aplicações dos seus recursos. E é através de uma boa contabilidade pública que esta transparência acontece de uma forma segura ao usuário final e a gestão interna, sua eficácia e eficiência na prestação de contas na administração torna capaz a alavancagem de uma grandiosidade de dados e informações que antes eram distintas apenas a parte interna dos órgãos públicos e de forma que muitos leigos não eram capazes de interpretar tais dados ou sequer saber que podiam ter acesso a determinadas informações, e que essas informações podia acabar promovendo uma gestão pública mais responsável e eficaz.

2.2.1 Normas contábeis estabelecidas à gestão pública

As normas contábeis estabelecidas à gestão pública possuem um papel fundamental na parte de padronização, parametrização e transparência das informações contábeis dentro do

setor público. Elas visam garantir a adequada mensuração, registro e divulgação dos eventos contábeis, proporcionando uma base sólida e fidedigna para a tomada de decisões e para a prestação de contas à sociedade e aos seus órgãos de controle.

A aplicação das normas contábeis proporciona grandes benefícios à gestão pública, como a transparência das finanças públicas, o fortalecimento ao controle das informações que são prestadas aos cidadãos, o alinhamento dos princípios e das teorias contábeis e o aprimoramento da governança a qual esteja assumindo à gestão pública.

É importante destacar que para ocorrer uma devida implementação das normas contábeis é de suma importância que haja o comprometimento dos gestores, profissionais qualificados dentro da área contábil e a utilização de sistemas de informações contábeis adequados e modernos, assim como a utilização de boas plataformas de sites que serão utilizados para divulgar as informações.

Dentro desse trabalho citarei as principais normas contábeis que são aplicadas e estabelecidas à gestão pública, destacando sua importância e impacto na governança e na gestão dos recursos públicos estabelecidas a seguir:

a) NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público são um conjunto de diretrizes estabelecidas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) que tem como finalidade orientar a contabilidade pública no Brasil, seguindo padrões de identificação, mensuração, avaliação, registro, evidenciação e controle contábil. Elas estão alinhadas aos princípios contábeis internacionais e à legislação nacional, buscando promover a uniformidade, a transparência e a comparabilidade das informações contábeis dentro do setor público.

As NBCASP têm como base as teorias e os conceitos contábeis, que segue o princípio da competência, que destaca que as transações precisam ser reconhecidas e registradas no momento que ocorrerem os fatos; o princípio da prudência, que incentiva a adoção de estimativas conservadoras na elaboração das demonstrações contábeis; e, o princípio da continuidade, que pressupõe que a entidade governamental tenha uma continuação das suas operações em um futuro previsível.

Dentro desta norma também é evidenciado a contabilidade pública que o profissional que em caso de ausência da norma contábil, deve utilizar de forma subsidiária as normas nacionais e internacionais que abordem temas próximos e similares de modo que evidencie todo o procedimento contábil.

b) LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas, com medidas que garantem a prevenção de riscos e que possibilitem a correção de desvios que atinjam o equilíbrio das contas públicas, possuindo o objetivo de realizar a transparência na gestão de recursos e a sustentabilidade das finanças governamentais. Assim como a NBCASP, a LRF também exige a adoção de práticas contábeis adequadas, visando aprimorar o controle e a prestação de contas dentro do setor público.

A LRF é baseada em princípios de gestão fiscal responsável, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e o equilíbrio fiscal. Esses princípios estão alinhados com teorias de governança pública e de controle financeiro, que preza garantir uma gestão mais eficiente, qualificada e transparente com todos os recursos públicos utilizados.

É um conjunto de normas que estabelecem parâmetros para os gastos públicos, garantindo a preservação da transparência e da situação fiscal. Com a medida de que todos os gastos públicos precisam ser associados as suas contas devidas, em prol de garantir que ao fim de cada mandato a prestação de contas seja executada de forma adequada deixando uma administração de contas organizadas e com histórico saudável para o próximo que assumir a gestão.

c) IPSAS – International Public Sector Accounting Standards

As International Public Sector Accounting Standards são normas contábeis internacionais aplicadas dentro do setor público. Elas são emitidas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) e têm como objetivo estabelecer princípios contábeis adequados para a gestão financeira e a prestação de contas do setor público no âmbito global para a preparação das demonstrações financeiras. Embora ainda não sejam obrigadas no Brasil, as IPSAS têm sido consideradas uma referência importante para o aprimoramento das práticas contábeis dentro do setor público, e se tornou alvo de discussão pelo Conselho Federal de Contabilidade para uma possível convergência para o setor público Brasileiro.

As IPSAS estão embasadas em conceitos e teorias contábeis que possuem como princípio o da consistência, que garante a uniformidade e comparabilidade das informações contábeis durante todo o percurso de tempo da gestão pública; o princípio da relevância, que

implementa a importância de fornecer informações relevantes para as tomadas de decisões; e, o princípio da materialidade, que busca garantir que apenas as informações úteis e relevantes sejam divulgadas para a sociedade.

A adoção das IPSAS busca trazer benefícios a gestão pública, como o aumento da transparência na prestação de contas públicas, melhoria na tomada de decisão, padronização das práticas contábeis e a adequação dos padrões internacionais. Além de promover uma maior transparência das informações relevantes ao cidadão, tornando seu acesso confiável e de fácil compreensão sobre as finanças públicas.

2.2.2 Leis e Normas Regulatórias sobre a transparência na Gestão Pública

A transparência na gestão pública é um princípio fundamental para o fortalecimento da democracia, no combate a corrupção e nas omissões de informações aos cidadãos. Para garantir a transparência nas atividades governamentais, existem leis e normais regulatórias que foram criadas e adequadas para estabelecer diretrizes e requisitos para a divulgação de informações por parte dos órgãos públicos.

Dentro dessas leis e normais regulatórias existem algumas que são imprescindíveis para aplicação dentro da gestão pública:

a) LAI - Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011)

A Lei de Acesso à informação visa estabelecer o direito de qualquer pessoa solicitar e receber informações públicas dos órgãos e entidades governamentais, equivalente para a União, os Estados e os municípios. Ela tem como objetivo garantir o acesso a qualquer informação governamental ao cidadão, promovendo a completa transparência na prestação de contas.

A LAI é responsável por determinar prazos para as respostas solicitadas, desenvolvendo mecanismos de recursos e estabelecendo exceções legais para a divulgação de informações sigilosas. Como seu princípio e regra fundamental é que todo cidadão deve ter acesso às informações públicas, ela garante que seja necessário que os órgãos e as entidades públicas divulguem mesmo que de forma mínima as informações pertinentes aos cidadãos por meio da internet e dos sites de transparência pública.

Esse princípio é amplamente defendido pela teoria democrática, que alega que a transparência promove o controle social, tornando seu engajamento de forma proativa e

cívico, e, aumenta consideravelmente a eficiência da gestão pública em relação as informações sobre as prestações de contas dos recursos públicos.

b) CDU - Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei Federal nº 13.460/2017)

O Código de Defesa do Usuário do Serviço público visa garantir a adequada prestação dos serviços públicos, garantindo sua proteção e defesa aos direitos dos cidadãos que utilizam os serviços públicos que são prestados pela administração pública no Brasil. Estabelecem princípios e normais para a prestação de serviços de qualidade, de forma transparente, eficiente e com foco na total satisfação do usuário.

O seu objetivo principal é garantir a participação ativa do cidadão na gestão pública e promover uma cultura de respeito aos direitos do usuário. O CDU busca estabelecer diversos direitos e garantias aos usuários dos serviços públicos. Dentre eles, destacam-se o direito à acessibilidade, à informação clara e adequada, à segurança no acesso aos dados e informações, à privacidade e à prestação de contas. Além disso, a legislação prevê a criação de ouvidorias, canais de comunicação e mecanismos de solução de conflitos para atender e resolver as demandas solicitadas pelos cidadãos.

A criação do CDU representa significativamente um grande avanço entre a relação dos órgãos públicos e os cidadãos, fortalecendo a transparência, a ética e a responsabilidade com a qual as informações são prestadas. O código de defesa do usuário do serviço público também estimula a participação e o engajamento da sociedade no monitoramento e na melhoria contínua dos serviços ofertados, contribuindo para a construção de uma gestão pública mais eficiente e democrática.

c) Portal de transparência

Além das leis mencionadas, outra iniciativa foi criada para promover a transparência na gestão pública. O Portal da Transparência é um sistema online que permite o acesso público a informação sobre a execução orçamentaria, licitações, contratos, remunerações dos servidores públicos, dados informativos sobre a administração, receitas, despesas, entre outros.

Iniciativas como esta é fundamental para assegurar o acesso fácil e transparente às informações públicas, fortalecendo o controle social. São iniciativas que buscam seu alinhamento com a teoria da democracia deliberativa, onde existe a participação do cidadão.

2.3 SITE DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A transparência é um princípio fundamental para que uma gestão seja considerada eficiente e responsável com as informações prestadas. Em um cenário onde a confiança na administração pública é essencial, os sites de transparência pública surgem como uma ferramenta poderosa para promover a prestação de contas, a transparência das ações governamentais além de promover maior segurança a população em relação a seus recursos, torna a participação e a conscientização dos seus direitos mais firme e cada vez mais presente no âmbito do acompanhamento da gestão pública e onde vem e para onde está indo os recursos financeiros da sociedade.

"Os sites de gestão pública, ao disponibilizarem informações contábeis de forma transparente e acessível, contribuem para a consolidação de uma administração pública mais transparente e responsável. Essas plataformas permitem que a sociedade acompanhe em tempo real a execução dos gastos públicos, promovendo a accountability e estimulando uma maior participação cidadã. A transparência nas informações contábeis é essencial para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas e garantir a prestação de contas efetiva dos gestores públicos" (Almeida, 2019, p. 78).

Os sites de transparência pública desempenham um papel essencial na democratização das informações governamentais. Ao disponibilizar dados, relatórios e informações financeiras, esses sites permitem que os cidadãos acompanhem e fiscalizem a atuação dos governos. A transparência promovida por essas plataformas fortalece o engajamento dos cidadãos no processo de tomada de decisões.

2.4 BENEFÍCIOS DOS SITES DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Com a crescente evolução tecnológica obter informações ficou cada vez mais rápido e fácil, para conseguir acesso a qualquer dado atualmente basta apenas alguns cliques e a informação está na palma das mãos, por esta razão é primordial que os órgãos públicos acompanhem este processo revolucionário da internet e a forma com que ela tem de disseminar informações, sejam elas falsas ou verdadeiras. Sendo assim é importante manter a transparência com a sociedade para que todos possam acompanhar de forma verídica as informações prestadas sobre os recursos governamentais. Com a criação dos sites de transparência pública, os cidadãos conseguem obter informações direto da fonte e com propriedade no que estão verificando.

Alguns dos benefícios dos sites de transparência pública podem se destacar entre:

a) Prestação de Contas: Os sites de transparência pública permitem que os governos demonstrem de forma clara e transparente como os recursos públicos estão sendo utilizados. Isso contribui para a prestação de contas e o combate à corrupção, uma vez que os cidadãos tem acesso direto às informações sobre os gastos, contratos e projetos governamentais diretamente de fontes seguras e oficiais.

b) Participação cidadã: Ao fornecer informações e dados relevantes, os sites de transparência pública capacitam os cidadãos a participarem ativamente na vida política e na formulação de políticas públicas. Os cidadãos podem acompanhar projetos em andamento, expressar suas opiniões e contribuir para a tomada de decisões, promovendo uma maior legitimidade e eficácia na administração pública, e em todas as utilizações dos recursos dos órgãos públicos.

c) Combate a corrupção: A transparência e a fiscalização exercidas pelos cidadãos através dos sites de transparência pública são uma importante ferramenta no combate a corrupção. A disponibilidade de informações detalhadas sobre gastos públicos e a possibilidade de monitoramento constante das ações governamentais reduzem as oportunidades para práticas corruptas.

d) Proximidade com a Contabilidade pública: A contabilidade pública é um forte aliado aos sites de transparência pública e aos cidadãos, pela integridade na prestação de informações e ética condizentes as Leis vigentes. Aproximando os cidadãos de informações que antes era devido a gestão interna.

2.4.1 Boas práticas para a construção de um site de transparência pública eficiente

A transparência com as informações sobre os recursos públicos é um elemento essencial para fortalecer a confiança do cidadão na administração e nos órgãos públicos. Atualmente essa disponibilidade de transparência de informações e nas prestações de contas com os cidadãos em geral ocorre mediante aos sites de transparência pública. E para que exista uma boa eficiência, fácil acesso e entendimento ao usuário é necessário boas práticas na construção destes sites de transparência pública com adequações necessárias para garantir que os dados financeiros dispostos sejam coerentes e verídicos às informações constantes nos órgãos públicos.

Algumas dessas práticas acontecem com:

- a) Desenvolvimento intuitivo e navegabilidade: Um site de transparência eficiente deve possuir um designer intuitivo com uma navegação fácil para qualquer usuário que desejar utilizar a plataforma, onde possam localizar e acessar informações de maneira rápida e fácil.
- b) Organização e categorização das informações: É necessário que a organização dos sites de transparência seja um dos pontos principais, que suas seções e categorias sejam disponibilizadas de uma forma lógica e de fácil acesso com todas as informações pertinentes aos usuários finais.
- c) Atualização constante dos dados: A contabilidade pública e os dados financeiros estão constantemente sendo atualizados e é imprescindível que estas atualizações sejam passadas aos usuários finais em tempo hábil. Dessa forma, um site de transparência pública requer a atualização regular dos seus dados disponibilizados, para que a falta de atualizações não venha a comprometer a confiabilidade das informações e gerar desconfiâncias por parte dos cidadãos. A atualização frequente é crucial para manter a transparência e fornecer dados precisos e atualizados para que os cidadãos possam acompanhar qual a forma que está sendo movimentado os seus recursos públicos.
- d) Acesso às informações financeiras e administrativas: Um site de transparência pública eficiente deve disponibilizar informações detalhadas sobre os gastos públicos, receitas, contratos, licitações, aquisições, entre outros dados relevantes. A transparência financeira é essencial para que os cidadãos possam compreender como os recursos públicos estão sendo utilizados. Conforme Machado (2017), a disponibilização dessas informações permite a fiscalização por parte dos cidadãos e fortalece a prestação de contas do setor público.
- e) Utilização de linguagem clara e acessível: As informações apresentadas nos sites de transparências públicas devem ser redigidas de forma clara e acessível, evitando o uso excessivo de termos técnicos e linguagem burocrática. A utilização de uma linguagem acessível facilita a compreensão dos dados pelos cidadãos e estimula a participação e o engajamento da sociedade.

2.5 SISTEMA INTEGRADO: CONCEITO

Os sistemas integrados, muitas vezes referidos como Sistemas de Informação Integrados, desempenham um papel fundamental nas organizações modernas. Possuem uma

abordagem holística para o gerenciamento de informações e processos, unificando diversas funções e departamentos em uma única plataforma.

Um sistema integrado é “um conjunto de componentes de softwares e hardwares que trabalham juntos para coletar, armazenar, processar e apresentar informações de maneira coordenada e eficaz” (Laudon & Laudon, 2016). Esses sistemas são elaborados para eliminar redundância nas informações coletadas, melhorar a colaboração entre departamentos e fornecer informações precisas e oportunas para apoiar a tomada de decisões. Facilitam a colaboração entre departamentos, uma vez que todos têm acesso a informações atualizadas e relevantes.

2.5.1 Exemplos de Sistemas integrados para sites de transparência pública

Atualmente, os avanços tecnológicos têm possibilitado a criação de sistemas integrados para sites de transparência pública, que permitem acesso fácil e transparente às informações governamentais. Neste trabalho, serão citados alguns exemplos de sistemas integrados utilizados para promover a transparência nos sites de transparência pública.

a) Sistema de Acesso à Informação

Um exemplo de sistema integrado para sites de transparência pública é o Sistema de Acesso à informação (e-SIC). Esse sistema permite que os cidadãos solicitem informações aos órgãos públicos de forma online. Além disso, o e-SIC possibilita o acompanhamento das solicitações realizadas pelos cidadãos e o monitoramento do andamento da resposta dos órgãos públicos, garantindo maior transparência e agilidade no processo de acesso as informações.

b) Sistema de Ouvidoria e Manifestação

É um sistema que permite aos cidadãos registrarem reclamações, denúncias, sugestões e elogios relacionados aos serviços públicos. O que garante e facilita o recebimento, o registro e o encaminhamento das manifestações dos cidadãos, proporcionando um canal direto entre o cidadão e a administração pública. Esse sistema permite que seja possível o acompanhamento dos status das manifestações realizadas, gerando relatórios de análise de acompanhamento e um grande avanço na melhoria dos serviços.

c) SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira)

O Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) é uma plataforma crucial utilizada na gestão pública em várias esferas governamentais no Brasil. Essa ferramenta desempenha um papel vital na integração de processos, dados e informações contábeis, promovendo eficiência e transparência na utilização dos recursos públicos.

Um dos pontos fortes do SIAF é sua capacidade de ser personalizado para atender às necessidades específicas de diferentes entidades governamentais. Isso permite que estados, municípios e órgãos da administração pública adaptem o sistema de acordo com suas regulamentações e demandas locais.

d) SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentaria, Financeira e Contábil

É um sistema integrado utilizado no Brasil para o controle e a gestão dos recursos públicos. Criado com o intuito de ser um software fundamental no âmbito da contabilidade pública, pois possibilita o registro e o acompanhamento das etapas do ciclo orçamentário, desde a elaboração até a execução e o controle das despesas.

Para oferecer uma maior credibilidade ao usuário o SIAFIC tem seus princípios alinhados ao da contabilidade pública e as normas e padrões estabelecidos pelas instituições nacionais e internacionais. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/1964 estabelecem os parâmetros e as diretrizes para a execução orçamentaria e financeira. Além disso, as normas e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) fornecem orientações técnicas específicas para a contabilidade pública, alinhado a todos esses parâmetros e normas o SIAFIC é uma importante ferramenta para garantir a transparência e a prestação de contas, como também para auxiliar na tomada de decisões por parte dos gestores públicos.

e) Sistemas de Compras Públicas

O Sistema Integrado de Compras Públicas é uma solução tecnológica crucial adotada por várias entidades governamentais para aprimorar a gestão de aquisições de bens e serviços.

Esse sistema tem como objetivo integrar processos, fornecer transparência e promover a eficiência nas compras governamentais.

Uma das principais características do Sistema Integrado de Compras Públicas é a integração de processos relacionados à aquisição de bens e serviços. Ele unifica a elaboração de editais, o registro de fornecedores, a realização de licitações, a adjudicação de contratos e o acompanhamento das entregas. Essa integração melhora a eficiência ao eliminar etapas manuais e redundantes, como destacado por Laudon & Laudon (2016).

A integração de sistemas de compras públicas ajuda a reduzir erros e fraudes. A automação de processos minimiza a interferência humana, garantindo que as licitações sejam conduzidas de acordo com as regras estabelecidas, como ressalta Turban et al. (2015).

Ao eliminar a necessidade de processos manuais demorados, os sistemas integrados de compras públicas economizam tempo e recursos. Isso permite que os gestores públicos se concentrem em ações estratégicas e na otimização dos gastos públicos.

2.5 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A transparência e a prestação de contas são conceitos essenciais para fortalecer a democracia, promover a participação dos cidadãos nas questões públicas e na gestão dos recursos públicos. Ambos têm como objetivo principal assegurar que as informações relacionadas à administração pública sejam acessíveis, claras, coerentes, confiáveis e disponibilizadas de forma ampla e de fácil acesso para a sociedade.

A transparência e a prestação de contas estão interligadas e se complementam. A transparência como o princípio que norteia a divulgação das informações, enquanto a prestação de contas como o mecanismo que o gestor público utiliza para fornecer os resultados obtidos através da utilização dos recursos públicos, prestando esclarecimentos caso necessário. Ambos são fundamentais para garantir a governança e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, e a legitimidade das informações publicadas aos cidadãos.

A implementação efetiva da transparência pública e da prestação de contas requer a adoção de medidas e políticas que promovam a disponibilização de informações claras, acessíveis e atualizadas.

2.5.1 Relação da contabilidade pública com o crescimento do meio digital nos sites de transparência e prestação de contas públicas

A contabilidade pública desempenha um papel primordial no contexto que relaciona as informações públicas e o compartilhamento em meios digitais, garantindo a adequada gestão dos recursos públicos e a transparência na prestação de contas. Com o advento dos meios digitais e a crescente digitalização dos processos, a contabilidade pública tem evoluído constantemente, e continua seu aprimoramento e sua adequação nas transformações que o mundo da internet exige. Passando por transformações significativas, impactando diretamente a transparência e a prestação de contas no setor público.

A transição do meio físico para o meio digital tem sido impulsionada e acompanhada pelo avanço tecnológico e pela necessidade do acesso rápido as informações, e de uma maior agilidade e eficiência dos processos da gestão pública. De acordo com Oliveira (2020), a digitalização dos processos contábeis no setor público permite uma melhor organização dos processos e disponibilização das informações contábeis, proporcionando maior transparência e acesso facilitado aos dados financeiros pelos cidadãos. Por meio de portais de transparência e sistemas de informações contábeis, os gestores públicos podem compartilhar informações atualizadas sobre orçamentos, despesas, receitas e vários outros aspectos financeiros, o que permite uma transparência ágil em relação aos recursos públicos.

Com a digitalização dos processos contábeis no setor público, a sociedade e a própria gestão obtiveram inúmeras vantagens e possibilidades com o uso das ferramentas tecnológicas simples e avançadas, como é o caso das ferramentas e dos sistemas de informação contábil integrados, que executam as rotinas e processos contábeis de forma muitas vezes automáticas, gerando uma otimização dos processos, agilidade na geração de relatórios e da melhoria na organização e disponibilização das informações dentro dos sites de transparência pública, facilitando a coleta e o acompanhamento dos dados e informações pela gestão pública e pelos cidadãos.

Dessa forma, a relação entre a contabilidade pública e o crescimento do meio digital é indissociável. Uma vez que as ferramentas de sistematização contábil junto com os meios digitais favorecem, aprimoram e agilizam processos que antes possuíam difíceis acesso e acontecia de forma apenas interna dentro da gestão. A contabilidade pública é responsável por registrar, controlar e apresentar as informações financeiras e patrimoniais do setor público. Por outro lado, o avanço tecnológico e a expansão do meio digital e do crescente índices de

ferramentas contábeis, tem impactado profundamente a forma como os dados contábeis são processados, armazenados e disponibilizados.

"A contabilidade pública, aliada aos sites de gestão pública, tem o potencial de transformar a relação entre o Estado e a sociedade. A transparência proporcionada pela divulgação de informações contábeis permite que os cidadãos acompanhem de perto a alocação e a execução dos recursos públicos, exercendo o seu direito de controle social. Essa prestação de contas ampliada, além de promover a confiança e a legitimidade do governo, contribui para o aprimoramento da gestão pública, permitindo que decisões sejam embasadas em dados concretos e evidências" (Ferreira, 2020, p. 112).

Com os avanços tecnológicos, a contabilidade pública passou e encontra-se constantemente em verdadeiras revoluções, transformando os antigos processos manuais em sistemas integrados e automatizados. As utilizações de softwares contábeis aprimoram a experiência na eficiência e agilidade na elaboração e consultas de informações. Os bancos de dados eletrônicos fornecem uma gama de informações em questões de segundos de forma segura e mais eficiente. Além das automações rotineiras que são realizadas com softwares desenvolvidos para atribuições que reduzem o processo que levariam dias ou até meses, em algumas horas ou minutos, isto permite uma entrega aos usuários finais mais ágeis e precisa.

Conforme aponta Mendes (2021), a utilização de ferramentas digitais na contabilidade pública contribui para uma prestação de contas mais transparente e confiável, uma vez que reduz a possibilidade de erros e fraudes, além de facilitar a rastreabilidade e a auditoria dos processos contábeis. Muito dos processos de auditoria continuam sendo executados de formas manuais, para garantir não só a confiabilidade das informações como para que não ocorram erros de programas o que possa a levar falhas tecnológicas, por esta razão é importante que mesmo com o grande avanço tecnológico e com todas as ferramentas que automatizam todos os processos contábeis que haja sempre o olho humano verificando tais informações antes, durante e após o processo de elaboração e publicação nos sites de transparências públicas, ocorrendo a confiabilidade no que está exposto ao cidadão indo de encontro com o seu direito de pode conferir informações claras e legítimas sobre os recursos governamentais.

A integração da contabilidade pública com os meios digitais contribui para o aprimoramento dos mecanismos de controle interno e externo. Os órgãos de controle e fiscalização tem acesso mais rápido e eficiente às informações contábeis, permitindo uma análise mais detalhada e criteriosa das contas públicas. A possibilidade de realizar auditorias e

cruzamento de dados de forma automatizada amplia a capacidade de identificar possíveis irregularidades e fraudes.

Em aspecto geral, a relação entre a contabilidade pública e o crescimento revolucionário dos meios digitais é de fundamental importância para a transparência e a prestação de contas no setor público. A utilização de tecnologias da informação juntamente a profissionais qualificados fornece um quadro de boas práticas contábeis para uma gestão mais eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos. Por esta razão, é imprescindível que os gestores públicos, contadores públicos estejam atentos às inovações tecnológicas e às exigências legais, buscando sempre atualizar seus conhecimentos e os processos contábeis de forma a acompanhar as demandas crescentes do mundo digital.

3. METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO E PARAMETROS DA PESQUISA

Para que uma pesquisa possa atingir o nível de satisfação necessária, alcançando o objetivo elencado na proposta do projeto, e que possua um resultado concreto é imprescindível que ocorra a análise de várias variáveis com a finalidade de classificar a pesquisa, obtendo uma percepção e compreensão maior do projeto e objetivo definido.

Desta forma, quanto aos objetivos expostos neste trabalho, podemos enquadrá-los como uma pesquisa com abordagem descritiva por ser valiosa para explorar e descrever fenômenos, características e relacionamentos em um determinado campo de estudo. Essa metodologia permite uma compreensão aprofundada e detalhada de tópicos de pesquisas, auxiliando na análise de como eventos, processos e práticas estão interconectados e afetam a realidade.

A coleta de dados na pesquisa descritiva pode incluir métodos quantitativos, como análises estatísticas de dados numéricos, e métodos qualitativos, como análise de conteúdo de documentos.

Quanto à abordagem da problemática apresentada neste trabalho é caracterizada como uma pesquisa de caráter qualitativo, com o aspecto de interpretar dados obtidos estatisticamente através de uma amostra. A abordagem qualitativa pode ser especialmente relevante para explorar as percepções, motivações e desafios das pessoas envolvidas no fenômeno em estudo (Creswell, 2014).

No contexto dos procedimentos utilizados para obtenção dos resultados, podemos categorizar como uma pesquisa de caráter documental ou quantitativa, visando a padronização da coleta de dados. O pesquisador define previamente variáveis de interesse e métodos de medição, garantindo a consistência e a comparabilidade dos dados (Creswell & Creswell, 2017). Essa padronização é essencial para a validade e a confiabilidade dos resultados.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo e amostra desta pesquisa compreende os portais de transparência pública dos Estados Brasileiros e seu Distrito Federal, nos quais são divulgadas informações contábeis e financeiras relevantes para a transparência e prestação de contas.

A análise dessas informações permitirá uma compreensão mais aprofundada da importância da contabilidade pública no processo de transparência e prestação de contas, bem como papel dos sistemas integrados nesse contexto.

3.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados necessários para análise destas pesquisas foram coletados dos portais de transparência pública dos Estados Brasileiros e do seu Distrito Federal. Com a abordagem no cumprimento de dezessete práticas comuns que devem ocorrer dentro dos portais de transparência seguindo as legislações vigentes.

Os dados coletados serviram para trazer respostas ao objetivo e a problemática exaltada neste estudo.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Este estudo teve como base a análise descritiva, tomando como base a obtenção de dados por meio dos portais eletrônicos, com a finalidade de compactar as informações e expor de forma objetiva se os Estados Brasileiros e o Distrito Federal estão em conformidade com as práticas comuns que devem conter dentro dos portais de transparência pública.

Para análise e compactação dos dados utilizou-se como base a ferramenta do excel para demonstrar os resultados obtidos através do levantamento de informações por meio da abordagem descritiva.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para entender o impacto dos sistemas integrados na contabilidade pública no processo de transparência e prestação de contas nos sites de gestão pública, foi realizado uma análise nos portais de transparência dos Estados Brasileiros.

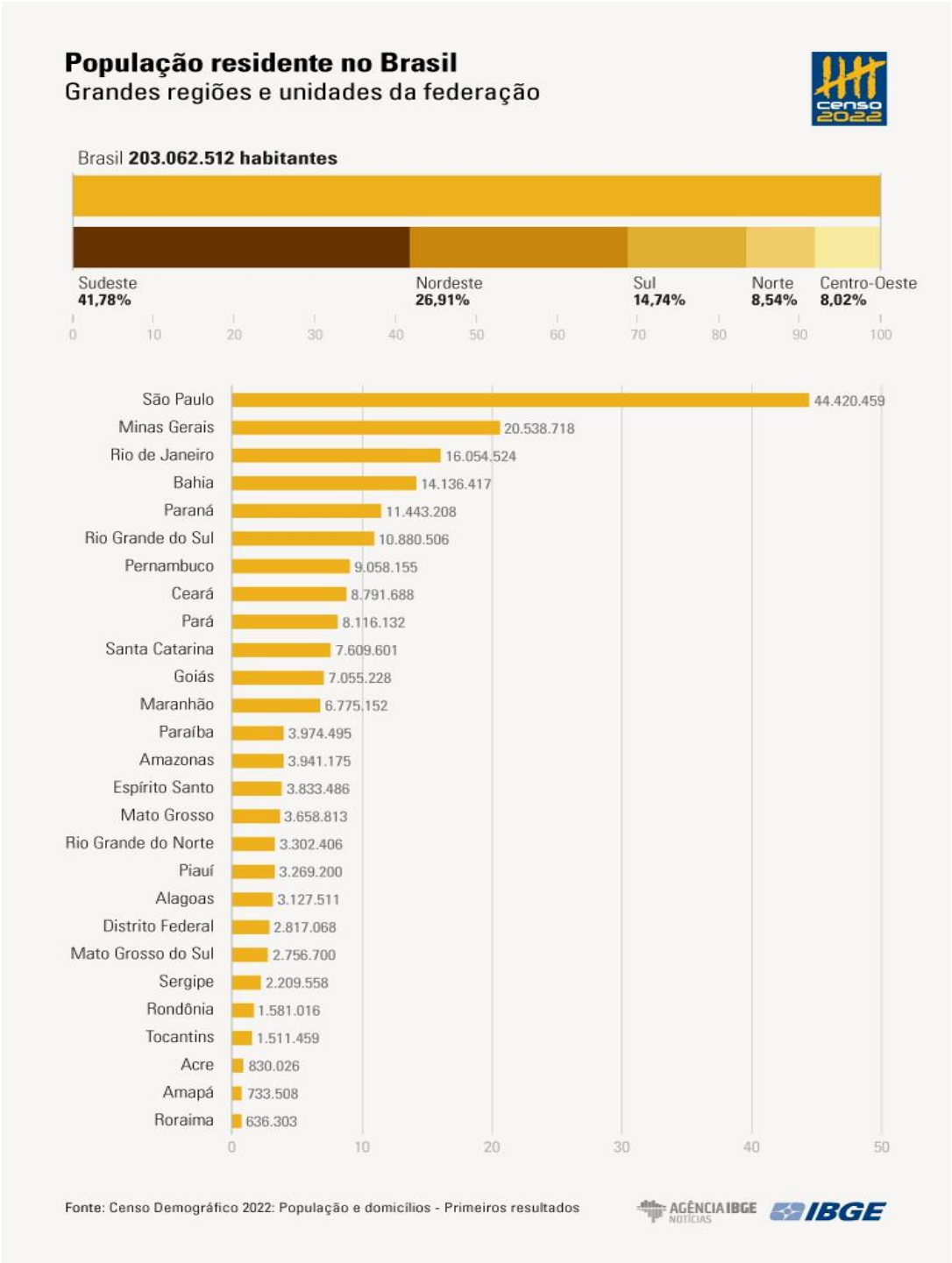
TABELA 1: Endereços eletrônicos dos portais de transparência pública dos Estados Brasileiros

ESTADO	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
ACRE	https://estado.ac.gov.br/
ALAGOAS	https://transparencia.al.gov.br/
AMAPÁ	https://www.amapa.portal.ap.gov.br/
AMAZONAS	https://www.transparencia.am.gov.br/
BAHIA	https://www.transparencia.ba.gov.br/
CEARÁ	https://cearatransparente.ce.gov.br/
ESPÍRITO SANTO	https://transparencia.es.gov.br/
GOIÁS	https://transparencia.go.gov.br/
MARANHÃO	https://www.transparencia.ma.gov.br/
MATO GROSSO	https://www.transparencia.mt.gov.br/
MATO GROSSO DO SUL	http://www.transparencia.ms.gov.br/
MINAS GERAIS	https://www.transparencia.mg.gov.br/
PARÁ	https://www.transparencia.pa.gov.br/
PARAÍBA	https://transparencia.pb.gov.br/
PARANÁ	http://www.transparencia.pr.gov.br/
PERNAMBUCO	http://web.transparencia.pe.gov.br/
PIAUÍ	https://transparencia.pi.gov.br/
RIO DE JANEIRO	https://www.transparencia.rj.gov.br/
RIO GRANDE DO NORTE	http://www.transparencia.rn.gov.br/
RIO GRANDE DO SUL	https://www.transparencia.rs.gov.br/
RONDÔNIA	https://transparencia.ro.gov.br/
RORAIMA	https://transparencia.rr.gov.br/
SANTA CATARINA	https://www.transparencia.sc.gov.br/
SÃO PAULO	https://www.transparencia.sp.gov.br/
SERGIPE	https://transparencia.se.gov.br/
TOCANTIS	https://transparencia.to.gov.br/
DISTRITO FEDERAL	https://www.transparencia.df.gov.br/

FONTE: Dados retirados dos portais de transparência

Para embasamento nos resultados, levamos em consideração a estimativa populacional de cada estado segundo dados do IBGE 2022. Conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Figura 1: IMAGEM DO SITE DO IBGE, CENSO DEMOGRAFICO 2022 ELENCADE DE FORMA DECRESCENTE



FONTE: Censo Demográfico 2022 do IBGE

4.1 CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS DENTRO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS ESTADOS E DISTRITO BRASILEIROS

As exigências legais para os portais de transparência no Brasil são estabelecidas por leis e regulamentações específicas que visam promover a transparência e a prestação de contas nos órgãos governamentais. Algumas das leis e normas mais importantes que estabelecem essas diretrizes, estão inclusas: A Lei de Acesso à Informação (Lei nº12.527/2011); Lei Complementar nº131/2009 (Lei da Transparência); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000); Leis Estaduais e Municipais; e Portais de Dados Abertos.

Dentro dessas exigências, verificamos que todos os Estados Brasileiros e seu Distrito Federal cumprem de forma clara e concisa com todas as determinações dessas legislações. Sabemos que pode haver mudanças de exigências entre países e de uma jurisdição para outra, portanto, para ocorrer um resultado de suma contribuição, elencamos as práticas comuns que devem ser exercidas dentro dos portais de transparência públicas para redirecionar os resultados dentro dos Estados Brasileiros e seu Distrito Federal.

4.2 DETALHAMENTO DAS PRÁTICAS COMUNS DENTRO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS ESTADOS E DISTRITO BRASILEIROS

Neste tópico foram elencadas dezessete práticas comuns que devem estar presentes dentro dos Portais de Transparência pública, das quais julgamos a sua presença conforme critérios explicitados a seguir:

Atualização Regular: As informações e os dados devem ser atualizados regularmente para refletir as informações mais recentes e a forma como está sendo utilizados os recursos públicos.

Acessibilidade: Dados sobre a acessibilidade dos portais de transparência a pessoas com deficiência, considerando a conformidade com regulamentos de acessibilidade e a disponibilidade de informações em formatos acessíveis.

Acesso a dados financeiros e orçamentários: Os portais devem fornecer informações detalhadas sobre o orçamento do governo, receitas, despesas, dívidas e investimentos. Isso pode incluir relatórios financeiros, balanços, demonstrativos de resultados, entre outros.

Execução orçamentária: Informações sobre como os fundos orçamentários estão sendo gastos, incluindo alocações para diferentes programas e projetos.

Dados de Recursos Humanos: Os portais devem apresentar os salários e benefícios dos funcionários públicos, incluindo autoridades eleitas, estagiários e demais contratados.

Transparência dos Recursos: Os portais devem cumprir os requisitos legais para a transparência governamental, mantendo sempre a segurança e a veracidade das informações prestadas. Detalhes sobre transferências de recursos para entidades privadas, como subsídios e transferências a municípios.

Dados Detalhados: Detalhamento das informações disponíveis nos portais, incluindo a profundidade das informações financeiras, a descrição de programas e projetos e a disponibilidade de documentos relacionados. Devem ser apresentados dados onde qualquer cidadão consiga compreender e entender de onde é proveniente cada receita e despesa.

Dados em formatos acessíveis: Informações devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis para todos os cidadãos, e, para todos os tipos de acesso seja por meios de dispositivos moveis ou desktop, incluindo formatos diferentes de arquivos para serem acessados pelo usuário final.

Pesquisa Avançada: Recursos de pesquisa para facilitar a localização de informações específicas nos sites.

Navegação Intuitiva: Os portais de transparência pública devem apresentar um site fluido e de acesso facilitado ao usuário final, incluindo pessoas com deficiência. Deve conter informações de fácil acesso, e caminhos de tráfego dentro do site que sejam de fácil compreensão e fluidez na utilização do site.

Relatórios de Auditoria: Relatórios de auditoria governamental independentes devem ser publicados, apresentado as descobertas de auditorias realizadas nos órgãos governamentais.

Contratos e Licitações: Os contratos governamentais e informações sobre processos de licitações devem estar disponíveis para consulta pública. Isso inclui detalhes sobre empresas contratadas, valores dos contratos e prazos.

Gráficos e visualização simplificada das informações: Uso de gráficos e visualizações de dados para tornar as informações mais compreensíveis.

Mecanismo de Feedback: Os portais devem incluir formas de fornecer feedback fazer perguntas diretamente ao governo, ouvidoria, promovendo a interação e a comunicação, facilitando também o acesso do usuário final a respostas mais rápidas e precisas.

Informações dos órgãos governamentais: Os portais devem fornecer informações sobre os órgãos governamentais, seus responsáveis, contatos e estruturas organizacionais.

Histórico de dados: Dentro dos portais devem ser demonstrados históricos dos dados e informações fornecidas nos anos anteriores como efeito de comparativo e dados aos cidadãos.

Informações sobre projetos e programas: Descrições detalhadas de projetos e programas em andamento, incluindo seus objetivos, custos e prazos.

Para uma fácil compreensão metodológica separamos os Estados Brasileiros e seu Distrito Federal por regiões, para categoricamente conseguirmos obter uma posição de como os Estados Brasileiros e seu Distrito Federal se comportam e tem posicionamentos frente a essas práticas comuns que devem estar presentes dentro dos portais de transparência pública.

4.3 ANÁLISE DOS CUMPRIMENTOS DAS PRÁTICAS COMUNS DENTRO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS ESTADOS E DISTRITO BRASILEIROS POR REGIÕES

Neste tópico foram subdividido os Estados e o Distrito Federal por suas respectivas regiões, para que ocorra uma visualização mais simplificada dos resultados obtidos.

TABELA 2: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Norte

REGIÃO NORTE							
	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO
ATUALIZAÇÃO REGULAR	X	X	X	X	X	X	
ACESSIBILIDADE	X	X	X		X	X	X
ACESSO A DADOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	X	X	X	X	X	X	X
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	X	X	X	X	X	X	X
DADOS DE RECURSOS HUMANOS	X	X	X	X	X	X	X
TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS	X	X	X		X	X	X
DADOS DETALHADOS	X	X	X		X	X	X
DADOS EM FORMATOS ACESSÍVEIS	X		X		X	X	
PESQUISA AVANÇADA	X	X	X	X	X	X	X
NAVEGAÇÃO INTUITIVA	X		X		X	X	
RELATORIOS DE AUDITORIA	X		X		X	X	
CONTRATOS E LICITAÇÕES	X	X	X		X	X	X
GRÁFICOS E VISUALIZAÇÃO SIMPLIFICADA DAS INFORMAÇÕES	X		X		X	X	X
MECANISMO DE FEEDBACK	X	X	X		X	X	
INFORMAÇÕES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	X	X	X		X	X	
HISTÓRICO DE DADOS	X	X	X	X	X	X	X
INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS	X		X		X	X	

FONTE: Elaborada pela autora em consonância aos Dados da Pesquisa

Na tabela 2, pode-se observar que a maior parte dos Estados da região Norte estão em conformidade com as práticas comuns que devem conter nos portais de transparência. O Estado do Pará apresentou a maior falta da presença dessas práticas em seu portal, tendo como principal delas a falta de acessibilidade completa aos usuários com deficiências especiais. Em comum entre Amapá, Pará e Tocantis, temos a dificuldade na navegabilidade dos portais e a falta de uma navegação mais intuitiva para que qualquer cidadão consiga observar e entender os dados apresentados dentro de seus portais de transparência.

TABELA 3: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Nordeste

REGIÃO NORDESTE									
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
ATUALIZAÇÃO REGULAR		X	X		X	X	X	X	X
ACESSIBILIDADE	X	X	X	X	X	X		X	X
ACESSO A DADOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	X	X	X	X	X	X		X	X
DADOS DE RECURSOS HUMANOS	X	X	X		X	X	X	X	X
TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS	X	X	X		X	X	X	X	X
DADOS DETALHADOS	X	X	X		X	X	X	X	X
DADOS EM FORMATOS ACESSÍVEIS	X	X	X		X	X		X	X
PESQUISA AVANÇADA	X	X	X	X	X	X		X	X
NAVEGAÇÃO INTUITIVA	X	X	X		X	X	X	X	X
RELATORIOS DE AUDITORIA	X	X		X	X				
CONTRATOS E LICITAÇÕES	X	X	X	X	X	X	X	X	X
GRÁFICOS E VISUALIZAÇÃO SIMPLIFICADA DAS INFORMAÇÕES	X	X	X			X	X	X	X
MECANISMO DE FEEDBACK	X	X	X	X	X			X	X
INFORMAÇÕES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS		X	X		X			X	X
HISTÓRICO DE DADOS	X	X	X	X	X	X	X	X	X
INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS		X			X	X	X	X	X

FONTE: Elaborada pela autora em consonância aos Dados da Pesquisa

Na tabela 3, podemos analisar na região Nordeste que apenas um Estado Brasileiro está em total conformidade com as práticas comuns que devem estar presentes dentro dos portais de transparência.

Dentre os demais, os Estados do Maranhão e do Piauí se destacam pela falta de várias dessas práticas comuns, entre eles, podemos elencar em comum em ambos os dois estados a falta de dados em formatos acessíveis para que qualquer pessoa utilizando qualquer dispositivo móvel ou desktop consiga acesso as informações, assim como pessoa que demandam uma necessidade especial. Outro ponto em comum não apenas nestes dois Estados Brasileiros, como também em Alagoas e Pernambuco, é a ausência de informações claras sobre os órgãos governamentais, sendo mais um aspecto que pode dificultar o acesso as informações claras e concisas aos cidadãos dentro destes portais de transparência.

TABELA 4: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Centro-Oeste

REGIÃO CENTRO-OESTE				
	GO	MT	MS	DF
ATUALIZAÇÃO REGULAR	X	X	X	X
ACESSIBILIDADE	X	X	X	X
ACESSO A DADOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	X	X	X	X
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	X	X	X	X
DADOS DE RECURSOS HUMANOS	X	X	X	X
TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS	X	X	X	X
DADOS DETALHADOS	X	X	X	X
DADOS EM FORMATOS ACESSÍVEIS	X		X	X
PESQUISA AVANÇADA	X	X	X	X
NAVEGAÇÃO INTUITIVA	X	X	X	X
RELATORIOS DE AUDITORIA	X	X	X	X
CONTRATOS E LICITAÇÕES	X	X	X	X
GRÁFICOS E VISUALIZAÇÃO SIMPLIFICADA DAS INFORMAÇÕES	X			X
MECANISMO DE FEEDBACK	X	X	X	X
INFORMAÇÕES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	X	X	X	X
HISTÓRICO DE DADOS	X	X	X	X
INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS	X	X	X	X

FONTE: Elaborada pela autora em consonância aos Dados da Pesquisa

Dentro dos dados apresentados na tabela 4, pode-se analisar que metade dos seus Estados estão em total conformidade com as práticas comuns que devem existir dentro dos portais de transparência.

Na região Centro-Oeste os Estados Brasileiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresentam em comum a ausência de gráficos que possam simplificar a apresentação dos dados e informações que estão disponíveis em seus portais, tendo em vista que ambos apresentam informações detalhadas de todas as receitas, despesas e investimentos dos

recursos públicos, este critério mesmo que de suma importância para que todos os cidadãos consigam compreender as informações apresentadas dentro de seus portais de uma forma mais clara e indicativa, não elimina a possibilidade dos cidadãos conseguir acesso as informações atualizadas e de forma acessível.

TABELA 5: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Sudeste

REGIÃO SUDESTE				
	MG	ES	RJ	SP
ATUALIZAÇÃO REGULAR	X			X
ACESSIBILIDADE	X	X		X
ACESSO A DADOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	X	X	X	X
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	X	X	X	X
DADOS DE RECURSOS HUMANOS	X	X		X
TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS	X	X	X	X
DADOS DETALHADOS				X
DADOS EM FORMATOS ACESSÍVEIS	X			X
PESQUISA AVANÇADA	X	X	X	
NAVEGAÇÃO INTUITIVA	X			
RELATÓRIOS DE AUDITORIA	X			
CONTRATOS E LICITAÇÕES	X	X	X	X
GRÁFICOS E VISUALIZAÇÃO SIMPLIFICADA DAS INFORMAÇÕES	X			
MECANISMO DE FEEDBACK	X	X		X
INFORMAÇÕES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	X		X	X
HISTÓRICO DE DADOS	X	X	X	X
INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS	X		X	X

FONTE: Elaborada pela autora em consonância aos Dados da Pesquisa

Na tabela 5, na região Sudeste pode-se observar que em todos os seus Estados existe ausência de ao menos um fator das práticas comuns dentro dos portais de transparência. É possível elencar que os pontos ausentes em comum entre os Estados desta região é falta de atualização regular, dados detalhados, navegação intuitiva, relatórios de auditoria e gráficos que permitem a visualização simplificada dos dados e das informações contidas dentro dos respectivos portais de transparências destes Estados.

Ao observar os portais de transparências destes Estados, conseguimos visualizar que existe uma demanda não suprida da utilização dos avanços tecnológicos e consigo a utilização de sistemas integrados capazes de suprir a necessidade de divulgação destas informações dentro dos portais destes Estados de forma automatizada, com finalidade de cumprir a apresentação de dados e informações em tempo real os cidadãos.

TABELA 6: Dados comuns dos portais de transparência presente na região Sul

REGIÃO SUL			
	PR	SC	RS
ATUALIZAÇÃO REGULAR		X	
ACESSIBILIDADE	X	X	
ACESSO A DADOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	X	X	X
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	X	X	X
DADOS DE RECURSOS HUMANOS	X	X	X
TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS	X	X	X
DADOS DETALHADOS		X	X
DADOS EM FORMATOS ACESSÍVEIS		X	
PESQUISA AVANÇADA	X	X	
NAVEGAÇÃO INTUITIVA		X	
RELATORIOS DE AUDITORIA		X	X
CONTRATOS E LICITAÇÕES	X	X	X
GRÁFICOS E VISUALIZAÇÃO SIMPLIFICADA DAS INFORMAÇÕES		X	X
MECANISMO DE FEEDBACK		X	X
INFORMAÇÕES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS		X	X
HISTÓRICO DE DADOS	X	X	X
INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS		X	

FONTE: Elaborada pela autora em consonância aos Dados da Pesquisa

Na tabela 6, pode-se observar que dentre seus resultados obtidos apenas o Estado de Santa Catarina possui todas as práticas comuns elencadas no nosso estudo que devem estar presentes dentro dos portais de transparência pública. Aos demais, podemos constatar que o Estado do Paraná possui o maior déficit de cumprimentos das práticas comuns, seguido do Estado do Rio Grande Sul, e ambos apresentam os pontos mais críticos no acesso as informações contábeis e financeiras, apresentando dados não atualizados dentro dos seus portais. E como ocorre no Rio Grande do Sul seu portal de transparência não exibe requisitos necessários ao atendimento aos cidadãos que necessitam de uma acessibilidade maior voltado ao público com deficiência.

TABELA 7: Quadro comparativo dos Estados e Distrito Brasileiros e melhor apresentaram resultados satisfatórios da aplicação das práticas presentes nos sites de transparência pública

MELHORES DESEMPENHOS SOBRE AS PRÁTICAS COMUNS DENTRO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA								
	AC	AM	RO	RR	BA	GO	DF	SC
ATUALIZAÇÃO REGULAR	X	X	X	X	X	X	X	X
ACESSIBILIDADE	X	X	X	X	X	X	X	X
ACESSO A DADOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	X	X	X	X	X	X	X	X
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	X	X	X	X	X	X	X	X
DADOS DE RECURSOS HUMANOS	X	X	X	X	X	X	X	X
TRANSPARÊNCIA DOS RECURSOS	X	X	X	X	X	X	X	X
DADOS DETALHADOS	X	X	X	X	X	X	X	X
DADOS EM FORMATOS ACESSÍVEIS	X	X	X	X	X	X	X	X
PESQUISA AVANÇADA	X	X	X	X	X	X	X	X
NAVEGAÇÃO INTUITIVA	X	X	X	X	X	X	X	X
RELATORIOS DE AUDITORIA	X	X	X	X	X	X	X	X
CONTRATOS E LICITAÇÕES	X	X	X	X	X	X	X	X
GRÁFICOS E VISUALIZAÇÃO SIMPLIFICADA DAS INFORMAÇÕES	X	X	X	X	X	X	X	X
MECANISMO DE FEEDBACK	X	X	X	X	X	X	X	X
INFORMAÇÕES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	X	X	X	X	X	X	X	X
HISTÓRICO DE DADOS	X	X	X	X	X	X	X	X
INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS	X	X	X	X	X	X	X	X

Na tabela 7, pode-se observar que dentro dos Estados e Distrito Brasileiros, apenas 7 dos seus Estados e seu Distrito Federal apresentaram resultados satisfatórios e totais sobre as práticas mais comuns utilizadas dentro dos portais de transparências seguindo toda as legislações vigentes. Aos demais podemos constatar que dentro dos seus portais sempre é possível que existam adequações pertinentes para que haja o comprometimento destes portais com todas as práticas estipuladas para este estudo e com isso apresentem resultados satisfatórios ao usuário final, com maior prestabilidade de informações e acesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve por objetivo investigar a importância da contabilidade pública na transparência e prestação de contas nos sites de gestão pública, através da utilização de sistemas integrados, elencando se as práticas comuns entre eles estão sendo de fato coerentes com as determinações legais vigentes.

Dentro das leis vigentes, a Lei de Transparência 131/2009 e a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, foram criadas com o intuito de inovação e facilidade de acesso as informações por parte dos cidadãos. Toda informação sobre execução orçamentaria e dados financeiros públicos devem ser compartilhados ao usuário final por meios eletrônicos em tempo real, o que caracteriza que tais informações precisam ser atualizadas constantemente para que a sociedade possa acompanhar como estão sendo utilizados seus recursos públicos. Desta forma foi implantada a transparência pública obrigatória a Estados e municípios que dispusessem de no mínimo 50 mil habitantes, para prestar contas com a sociedade. O que remete a um invés de suma importância com a contabilidade pública que é a grande responsável por atualizar e apresentar os dados finais ao usuário.

Com base nas análises realizadas dentro dos portais de transparência pública, concluímos que os sistemas integrados desempenham um papel crucial na propagação da importância da Contabilidade Pública no processo de transparência e prestação de contas nos sites de gestão pública. Esses sistemas não apenas tomam as informações mais acessíveis, como melhoram a qualidade e a confiabilidade dos dados contábeis e financeiros divulgados.

A transparência resultante fortalece a accountability, estimula o controle social e promove uma governança mais eficiente. Os benefícios alcançados por meio da integração de sistemas são evidentes e tangíveis, demonstrando que essa abordagem é fundamental para fortalecer o relacionamento entre o governo e a sociedade.

No entanto, vale destacar que a implementação bem-sucedida de tais sistemas integrados não os inibe de desafios, seja em relação a parte de treinamento de pessoal para utilização dos sistemas e questões como disponibilidade e segurança dos dados. Com isso, é possível verificar que mesmo com todo o avanço tecnológico ainda existem dificuldades presentes na aplicação e utilização desses sistemas dentro dos portais de transparências, seja por sua falta de alimentação de dados como a falta em si de tais otimizações desses sistemas dentro dos portais de transparência. Nesse aspecto, a falta desses recursos acaba impactando a forma como o usuário final pode ter acesso a determinadas informações, assim como acabam tendo maiores dificuldades na análise e na interpretação dos dados disponibilizados.

Os portais de transparência observados seguem os padrões da legislação vigentes, porém apenas oito portais cumprem todas as práticas comuns que devem ser apresentados dentro destes portais de transparência. Os demais, ainda não dispõem de todos os atributos comuns, o que acaba criando algumas barreiras para o cidadão ter acesso a informações de forma clara e concisa sobre a utilização dos recursos públicos.

Em última análise, essa pesquisa reforça a importância da Contabilidade Pública como um instrumento essencial para a transparência e prestação de contas, e os sistemas integrados desempenham um papel vital na corroboração da transmissão acessível dos dados contábeis e financeiros ao usuário final, viabilizando de uma forma mais ágil e otimizada esse objetivo. Isso tem implicações significativas para o aprimoramento da gestão pública e para a construção de uma relação de confiança sólida entre o governo e a sociedade.

REFERÊNCIAS

SANCHES, João Carlos. Contabilidade Pública: uma ferramenta de gestão. São Paulo: Atlas, 2019.

Sanches, L. C. (2019). A Importância da Contabilidade Pública na Transparência e Prestação de Contas: Um Estudo de Caso no Município de São Paulo. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Machado, A. (2016). Contabilidade Pública na Administração Municipal: Desafios e Perspectivas. Editora FGV.

Motta, R. S. (2018). Contabilidade Pública Municipal: Desafios e Perspectivas. Editora Atlas.

FERNANDES, R. C.; RIBEIRO, J. M. Contabilidade pública: Uma abordagem da Administração Pública e da Ciência Contábil. São Paulo: Saraiva, 2014.

Machado, M. A. V. (2017). Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira governamental. São Paulo: Atlas.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em: 07 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 07 maio 2023.

Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF. 18 Nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 08 maio 2023.

OLIVEIRA, R. C. de. Contabilidade pública: Siafi, Siape, Siconfi e outros sistemas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RODRIGUES, E. M. Contabilidade pública. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SANTOS, M. A. B. dos. Contabilidade pública: Uma visão crítica. São Paulo: Atlas, 2013.

Oliveira, R. C. de. (2020). Digitalização e Contabilidade Pública: Reflexos no Contexto Brasileiro. *Contabilidade Vista & Revista*, 31(2), 141-167.

MENDES, L. S. Contabilidade pública digital: uma análise do impacto no processo de prestação de contas. In: Congresso Internacional de Contabilidade, Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público, 2021. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.

Silva, A. B. (2018). A importância da contabilidade pública no processo de transparência e prestação de contas nos sites de gestão pública. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo.

Almeida, C. D. (2019). Transparência na gestão pública: O papel da contabilidade e dos sites de gestão pública. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 47(3), 75-90.

Ferreira, E. S. (2020). Contabilidade pública e transparência: O impacto dos sites de gestão pública na prestação de contas e na accountability. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

Santos, A. B. (2013). Contabilidade Pública e Transparência na Gestão Pública: Um Estudo de Caso em um Município do Sertão Paraibano. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Creswell, J. W. (2014). Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. Sage Publications.

Balloni, A. J., & Araújo, R. R. (2020). "Sistemas Integrados para Transparência Pública: Avanços Tecnológicos e Acesso à Informação". Revista de Tecnologia e Sociedade, 15(2), 45-62.

Freitas, L. S., & Silva, M. C. (2019). "Inovações Tecnológicas e Transparência Governamental: Uma Análise dos Sistemas Integrados em Sites de Transparência Pública". Anais do Congresso Brasileiro de Informática na Administração Pública, 10, 112-125.

Ministério da Economia. (2023). "SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira". <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/orcamento-federal/siafi>. Acesso em 10 de junho de 2023

Gil, A. C. (2018). Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas.

IBGE. (2023). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 de setembro de 2023.